

CONHECIMENTO SOBRE O ECA ENTRE ALUNOS DO 5º ANO: UM ESTUDO NO ÂMBITO DO DIREITO EDUCACIONAL

¹ FILETTI, Maria Helena Ramalhais.

² RAMALHAIS, Taiza Fernanda.

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de um estudo piloto realizado com alunos do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública situada no oeste do Paraná. O principal objetivo da pesquisa foi investigar o nível de conhecimento dos estudantes sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma lei brasileira criada para proteger os direitos e definir os deveres das crianças e adolescentes. Para isso, foram aplicados questionários com perguntas objetivas e dissertativas, além de observações em sala de aula e análise de documentos escolares. Os dados coletados mostram que os estudantes têm maior familiaridade com os direitos previstos pelo ECA do que com os deveres. Os resultados reforçam a necessidade de inserir esse conteúdo de forma mais clara, contínua e participativa nas práticas pedagógicas escolares, fortalecendo desde cedo a formação cidadã dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Estatuto da Criança e do Adolescente, Direitos e Deveres, Cidadania, Ensino Fundamental.

1. INTRODUÇÃO

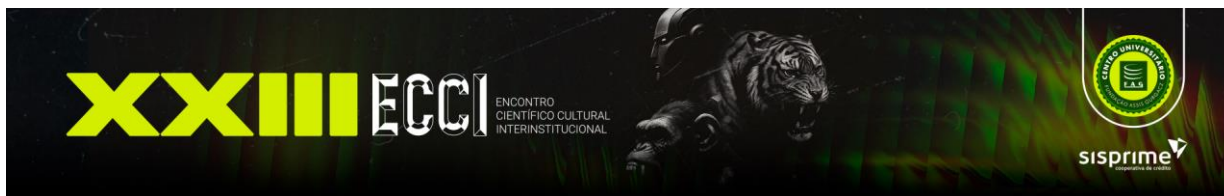
O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei criada no Brasil em 1990 com o objetivo de garantir que crianças e adolescentes sejam tratados com respeito, dignidade e proteção. Ele define claramente os direitos que todas as crianças devem ter, como direito à educação, à saúde, ao lazer, à convivência familiar e à proteção contra violência e abandono. Além disso, também apresenta os deveres, como respeitar os outros, cuidar dos bens públicos e participar de forma responsável na sociedade.

Mesmo sendo uma lei tão importante, muitas crianças e adolescentes não conhecem bem o que o ECA diz. Em algumas escolas, o tema é trabalhado apenas de forma superficial, o que pode fazer com que os estudantes não compreendam totalmente seus direitos e deveres. A escola, por ser um espaço de aprendizagem e convivência, tem papel fundamental na formação cidadã dos alunos.

Este estudo piloto foi realizado com uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola municipal do oeste do Paraná. O principal objetivo foi investigar se os alunos conhecem o ECA e como eles entendem os seus próprios direitos e deveres. O estudo também busca chamar a atenção para a importância de trabalhar esse tema desde os primeiros anos da vida escolar, com atividades que tornem o conteúdo mais acessível e prático.

¹ Estudante do 5º ano da Escola Municipal Anita Garibaldi – Corbélia/PR. mariahelenaramalhais@gmail.com

² Psicóloga, Pedagoga e Mestre e Doutora em Ciências (P.h.D). ramalhaistf@gmail.com



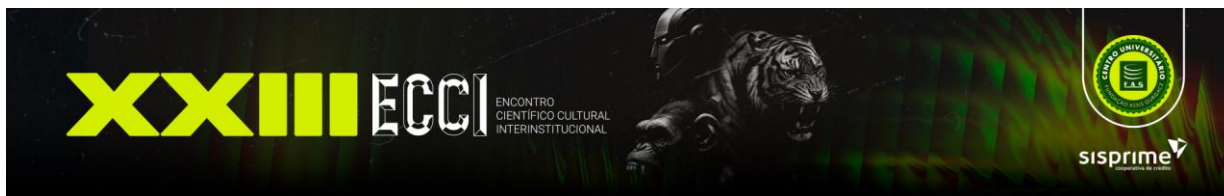
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um marco legal de grande relevância no Brasil, fundamentado no princípio da proteção integral, que está previsto na Constituição Federal de 1988. Esse princípio significa que todas as crianças e adolescentes devem ser vistos como sujeitos plenos de direitos, merecendo tratamento especial e prioridade absoluta na formulação e execução das políticas públicas. Ou seja, o ECA não apenas reconhece seus direitos, mas também assegura que o Estado, a família e a sociedade tenham responsabilidade compartilhada na garantia desses direitos (BRASIL, 1990). Essa legislação representa um avanço importante na garantia da dignidade e do desenvolvimento saudável da infância e da juventude, pois busca assegurar o direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, e à proteção contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

De acordo com Abramovay (2002), a escola ocupa um papel central nesse processo, funcionando como um espaço privilegiado para a disseminação e construção de valores democráticos. Ela não deve se limitar apenas à transmissão de conhecimentos acadêmicos, mas precisa promover uma cultura de respeito mútuo, diálogo constante e exercício da cidadania entre seus alunos. Para que isso aconteça, é fundamental que o currículo escolar inclua conteúdos que abordem os direitos da criança e do adolescente de maneira crítica, reflexiva e contextualizada, permitindo que os estudantes compreendam a importância desses direitos para a sua vida e para a convivência social. A escola, portanto, deve atuar como agente transformador, sensibilizando os alunos sobre suas responsabilidades e incentivando a participação ativa na defesa desses direitos.

Silva e Ferreira (2018) ressaltam que, apesar da existência do ECA e da ampla divulgação feita desde sua promulgação, muitos estudantes do Ensino Fundamental ainda apresentam um conhecimento limitado ou fragmentado sobre os seus próprios direitos e deveres previstos na legislação. Essa lacuna no entendimento não compromete apenas a formação cidadã desses alunos, mas também prejudica sua capacidade de se proteger em situações que envolvem violações, seja no ambiente escolar, familiar ou comunitário. A falta de familiaridade com os direitos dificulta a identificação e denúncia de abusos, assim como o exercício consciente dos deveres que garantem o respeito e a convivência pacífica entre pares.

Nesse sentido, conhecer o ECA torna-se uma parte essencial do processo educativo, pois possibilita que crianças e adolescentes internalizem não apenas os seus direitos, mas também os deveres que acompanham esses direitos, como o respeito ao próximo, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade nas relações interpessoais. Contudo, para que esse conhecimento seja



realmente efetivo e significativo, ele não pode se restringir à simples memorização de artigos ou à leitura superficial da lei. É preciso que a educação sobre o ECA envolva práticas pedagógicas ativas e interativas, capazes de engajar os estudantes no processo de aprendizagem. Atividades como dramatizações de situações cotidianas, debates em grupo, leituras orientadas de histórias e casos reais, além do contato direto com profissionais da rede de proteção — como conselheiros tutelares, assistentes sociais e psicólogos —, são estratégias eficazes para aproximar o conteúdo da realidade dos alunos. Essas práticas ajudam a transformar o ECA em um instrumento vivo, que influencia e orienta o comportamento e as atitudes dos estudantes no dia a dia, promovendo uma cultura de direitos humanos desde a infância.

3. METODOLOGIA

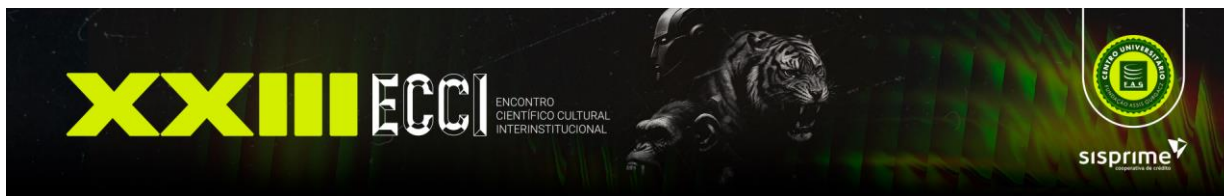
A pesquisa foi conduzida como um estudo piloto, ou seja, uma primeira experiência para testar a proposta em uma escola específica e verificar a viabilidade de estudos maiores no futuro. A abordagem foi exploratória, com métodos qualitativos e quantitativos. O estudo aconteceu em uma escola pública localizada no oeste do Paraná e contou com a participação de 12 estudantes da sala do 5º ano do Ensino Fundamental, com idades entre 9 e 11 anos.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário contendo perguntas objetivas e abertas, direcionado aos alunos do 5º ano, visando compreender seu conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. O questionário foi dividido em três partes: a primeira buscava identificar se os alunos já tinham ouvido falar do ECA e o que sabiam sobre ele; a segunda abordava os direitos garantidos pela lei; e a terceira parte investigava os deveres previstos no ECA. As respostas foram analisadas por frequência e também por conteúdo, para identificar os principais temas citados pelos alunos.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos revelam que cerca de 64% dos alunos já ouviram falar sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, principalmente durante atividades escolares, como feiras de ciências e projetos interdisciplinares. No entanto, apenas 28% demonstraram ter uma compreensão mais completa sobre o que o ECA representa.

Em relação aos direitos, os mais citados foram: direito à educação (88%), direito ao lazer (72%), direito à saúde (60%) e direito à alimentação (56%). Alguns alunos também mencionaram o



direito de ter uma família e de ser tratado com respeito. Esses direitos foram lembrados com facilidade, provavelmente porque fazem parte da vivência cotidiana dos estudantes.

Por outro lado, o conhecimento sobre os deveres mostrou-se mais limitado. Somente 36% dos alunos conseguiram citar exemplos de deveres, como respeitar os colegas, obedecer os professores, cuidar dos materiais escolares e não praticar bullying. Outros citaram o dever de participar das aulas e colaborar com a limpeza da escola. Muitos estudantes demonstraram surpresa ao saber que o ECA também fala sobre deveres e não apenas sobre direitos.

Durante as observações em sala de aula, foi possível perceber que, embora o ambiente escolar incentive atitudes de respeito e responsabilidade, essas ações nem sempre são associadas diretamente ao que está previsto no ECA. Isso indica a necessidade de uma abordagem mais explícita e estruturada sobre a lei dentro do planejamento pedagógico.

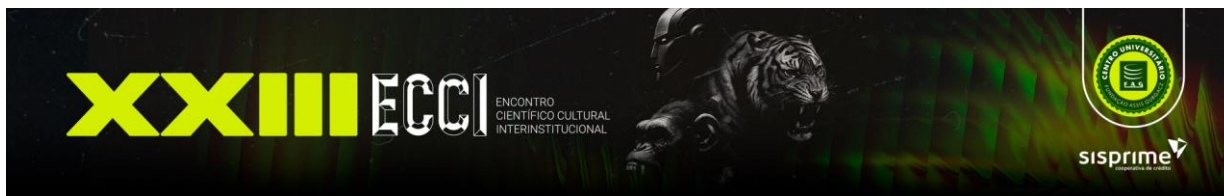
Esses achados reforçam o que autores como Abramovay (2002) e Silva e Ferreira (2018) já indicaram em suas pesquisas: é necessário tornar o ECA parte ativa da vivência escolar, com atividades que despertem o interesse dos alunos e os envolvam na construção de uma cultura de direitos e deveres.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo piloto contribuiu para entender como os alunos do 5º ano de uma escola pública percebem o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os dados indicam que os estudantes têm um conhecimento maior sobre os direitos do que sobre os deveres, e que esse conhecimento ainda é superficial em muitos casos. Isso demonstra a importância de incluir o ECA nas práticas pedagógicas de forma contínua, lúdica e reflexiva.

A escola deve ser um espaço onde os estudantes aprendam não apenas conteúdos acadêmicos, mas também valores como justiça, empatia, solidariedade e responsabilidade. Trabalhar o ECA desde os anos iniciais do Ensino Fundamental é uma forma de garantir que crianças e adolescentes reconheçam a importância de viver em sociedade de forma respeitosa e ativa.

Como se trata de um estudo piloto, recomenda-se que novas pesquisas sejam realizadas com turmas de diferentes séries e em escolas com perfis diversos, para ampliar os dados e comparar os resultados. Isso poderá contribuir para o desenvolvimento de políticas educacionais que valorizem o ensino da cidadania e dos direitos humanos desde a infância.



REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. *Violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, 2002.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

SILVA, L. A.; FERREIRA, T. C. Conhecimento dos estudantes do ensino fundamental sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. *Revista Educação e Cidadania*, v. 23, n. 2, p. 45-59, 2018.